



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 027/2024

SÚMULA: “RECONHECE A COPA KAYOKO TANAKA DE HANDEBOL, INCLUI COMO EVENTO ESPORTIVO INTEGRANTE DO CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS E EVENTOS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AUTORIA: Vereadora Francisca Ilmarli Teixeira.

DA CONSULTA E O SEU OBJETO

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Foi encaminhado a Secretaria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer o PROJETO DE LEI Nº 027/2024 de 29 de abril de 2024 que RECONHECE A COPA KAYOKO TANAKA DE HANDEBOL, INCLUI COMO EVENTO ESPORTIVO INTEGRANTE DO CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS E EVENTOS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, com o seguinte pronunciamento:

Art. 1ª Fica reconhecida a "COPA KAYOKO TANAKA DE HANDEBOL", como evento esportivo oficial do município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. O evento de trata o caput, fica incluso como evento esportivo integrante do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município.

Art. 2ª A Copa Kayoko Tanaka de Handebol poderá contar com a participação de equipes interessadas de outros municípios, desde que preenchido os requisitos a ser traçado no respectivo regulamento a desenvolvido pelo órgão competente da administração municipal.

Art. 3ª Considerar-se-á, para os efeitos desta Lei, a edição da Copa Kayoko Tanaka de Handebol do ano em curso.

Art. 4ª Fica o poder Executivo autorizado a regulamentar, através de Decreto, os atos necessários à execução da presente Lei.

Art. 5ª Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

Art. 6º

Revogam-se as disposições em contrário.

Da leitura da propositura, em especial, **SUA JUSTIFICATIVA**, o proponente assevera que:

"(...) A criação da "Copa Kayoko Tanaka de Handebol" é profundamente significativa e relevante. A professora Kayoko Tanaka deixou um legado notável como educadora física e treinadora de handebol em Alta Floresta, entre os anos de 1984 e 2013. Durante sua carreira, ela não apenas acumulou títulos notáveis, como o tetracampeonato nos Jogos Estudantis Regionais e os Jogos Escolares Estaduais Mato-grossenses, mas também desempenhou um papel crucial na formação e no desenvolvimento de inúmeros atletas.

A homenagem póstuma à Professora Tanaka é uma maneira significativa de reconhecer e celebrar seu impacto duradouro no esporte local e na comunidade em geral. Ao dar seu nome a essa competição, estamos não apenas honrando sua memória, mas também inspirando futuras gerações de atletas a seguir seus passos e cultivar a mesma paixão pelo handebol que ela incutiu em tantos jovens ao longo dos anos. (...)".

Pondera ainda que: *A realização da "I Copa Kayoko Tanaka de Handebol" nos dias 04 e 05 de maio de 2024 é um tributo apropriado e uma oportunidade para reunir a comunidade do handebol em Alta Floresta em torno dos valores e do espírito que a Professora Tanaka tão vigorosamente defendeu. Esta competição não é apenas um evento esportivo, mas também uma celebração da dedicação, do talento e do legado de uma figura tão estimada dentro da comunidade esportiva local.*

Por fim, solicita aos Nobres Edis, que a matéria ora encaminhada, seja analisada, e obtenha deliberação favorável em sua íntegra.

É o sucinto relatório.

Passo a análise jurídica.

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, se nota a indicação da finalidade a que se destina o projeto, que é uma homenagem póstuma à Professora Tanaka sendo uma maneira significativa de reconhecer e celebrar seu impacto duradouro no esporte local e na comunidade em geral.

Pois bem! Analisando a proposição em tela verifica-se que não trata de matéria relacionada à estrutura ou a atribuição de órgãos do Poder Executivo, tampouco sobre regime jurídico dos servidores.

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adéqua aos princípios de Competência Legislativa que são assegurados ao Município insculpidos no artigo 30,



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

inciso I da Constituição Federal e não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

Artigo 30- Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

O Projeto de Lei nº 027/2024 se insere, efetivamente, na definição de interesse local, na medida em que a homenagem póstuma à Professora Tanaka é uma maneira significativa de reconhecer e celebrar seu impacto duradouro no esporte local e na comunidade em geral.

Concernente à iniciativa, o Projeto de Lei está adequado às disposições legais, tendo em vista o artigo 137, do Regimento Interno desta Câmara Municipal e o artigo 41, da Lei Orgânica Municipal (LOM), que conferem legitimidade para tanto a qualquer Vereador, senão vejamos:

Art. 137. Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria de competência da Câmara e sujeito a Sanção do Prefeito.

Art. 41. A iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara Municipal, Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

A presente proposição versa sobre matéria, estando dentro da competência legislativa do Município. É que, a competência para legislar sobre a matéria em questão cabe concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, sendo que a Constituição da República conferiu ainda aos Municípios a possibilidade de dispor sobre a matéria de forma suplementar nos termos de seus artigos 24, inciso VI, e 30, inciso II.

Neste diapasão, louvável a presente proposta, além de ser uma homenagem póstuma à Professora Tanaka sendo uma maneira significativa de reconhecer e celebrar seu impacto duradouro no esporte local e na comunidade em geral, visa também fomentar a prática esportiva, in casu o handebol, prática já há muito reconhecida como meio para realizar a integração e o desenvolvimento de crianças e jovens, como, inclusive, concretizando o papel do Estado/Município na concretização da dignidade da pessoa humana, do direito à saúde, ao esporte e ao desenvolvimento saudável.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

Diante do exposto, essa Secretaria Jurídica, opina pela constitucionalidade, e favoravelmente a tramitação do Projeto de Lei 027/2024.

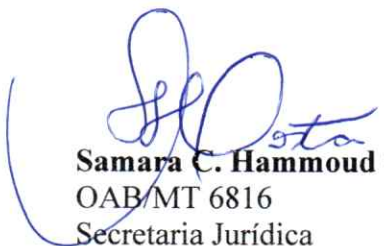
Assim sendo, conclui-se que não foram encontrados vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade no Projeto de Lei em análise, em atenção às normas que gerem o Município (Lei Orgânica Municipal) e os mandamentos Constitucionais.


Diante do exposto e das justificativas apresentadas pelo autor da propositura, esta Secretaria Jurídica dá-se por satisfeita, assim, S.M.J., opinamos FAVORAVELMENTE à tramitação e votação da presente propositura, devendo seu mérito ser submetido à apreciação do Plenário desta Casa Legislativa, respeitando-se, as formalidades legais e regimentais.

Nesta assentada, deve-se salientar que a presente manifestação tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, carreados aos autos do procedimento administrativo em epígrafe.

O *quorum* para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis é de 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara, devendo para tanto considerar todos os Vereadores, presentes ou ausentes, conforme estabelece o artigo 174, III, §3º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT.

Alta Floresta – MT, 10 de maio de 2024.


Samara C. Hammoud Costa
OAB/MT 6816
Secretaria Jurídica


Kathiane C. Borges
OAB/MT 31082
Secretaria Jurídica